

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS
COORDENADORIA DE AUDITORIA OPERACIONAL
ANEXO I

Métrica/Matriz de Fiscalização da Transparência Pública

(Referência mínima: métrica da ENCCLA)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias, Órgãos e Poderes do Estado


IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Data da avaliação	02/10/2020	RESULTADO FINAL		
Unidade Jurisdicionada	Prefeitura Municipal de São Francisco	NÍVEL	%	NOTA DA AVALIAÇÃO
Responsável (Gestor)	Alba dos Santos Nascimento	DEFICIENTE	49%	4,9
Nº de habitantes (Contagem da população IBGE)	3.781 habitantes (População Estimada 2020)			
Site da unidade jurisdicionada	www.saofrancisco.se.gov.br			
Período auditado	01 de Setembro de 2019 a 31 de Agosto de 2020			

TRANSPARÊNCIA ATIVA

PONTO AVALIADO	FUNDAMENTO	RESPOSTA (sim ou não)	OBSERVAÇÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA			RESULTADO DA AVALIAÇÃO		
				Índice da Transparência	%	Pontos	PONTOS AVALIAÇÃO	%	NOTA AVALIAÇÃO
1. SÍTIIO OFICIAL				2	2%	0,2	2	2%	0,2
1.1 A unidade jurisdicionada possui informações sobre Transparência na internet?	Art. 48, §1º, II da LC 101/00; Art. 8º, caput §2º, da Lei 12.527/11	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
1.2 O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão?	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/11.	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL				7	7%	0,7	3	3%	0,3
2.1 Apresenta informações sobre (de cada secretaria, órgão ou unidade descentralizada):	Art. 8º, §1º, I, Lei 12.527/11 c/c Art. 48, caput, §1º, II, da LC 101/00.								
2.1.1 Estrutura organizacional?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.2 Registro de competências?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.3 Identificação dos dirigentes das unidades?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
2.1.4 Endereço, telefone e horário de atendimento das unidades?		não	Não divulga telefone	1	1%	0,1	0	0%	0
2.1.5 Publica, de forma clara e nominal, a Legislação do Ente/Poder/Órgão (Lei Orgânica - Município (PM) Regimento (Câmara Municipal), Regimento (Poderes do Estado), Lei da Estrutura Administrativa, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA). No caso da Administração Indireta, devem publicar Lei de Criação/Autorização, Estatuto ou Regimento e Lei de Estrutura Administrativa.		não	Não publica Estatuto do Servidor, LDO 2020, LOA 2020	3	3%	0,3	0	0%	0
3. RECEITA				10	10%	1	10	10%	1
3.1 Há informações sobre a receita nos últimos 12 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado, permitindo a consulta dos valores mensais e acumulados. No caso das Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e unidades similares devem apresentar notas explicativas contendo os repasses do Tesouro.	Art. 48-A, II, da LC 101/00; art. 7º, II, do Decreto 7.185/10.	sim		10	10%	1	10	10%	1
4. DESPESA				17	17%	1,7	10	10%	1
4.1 As despesas apresentam dados dos últimos 12 meses, contendo:	Art. 7º, I, alíneas "a" e "d", do Decreto nº 7.185/2010; Art. 48-A,I, da LC 101/00.								
4.1.1 Valor do empenho		sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.2 Valor da liquidação		sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.3 Valor do Pagamento		sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
4.1.4 Favorecido		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
4.2 Há divulgação em tempo real da Ordem Cronológica de pagamentos organizada por: Fonte de Recurso, Nº e data da NE, nome do credor, valor da liquidação e NF, vencimento e data do pagamento?	Art. 5º da Lei 8666/93.	sim		3	3%	0,3	3	3%	0,3
4.3 Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido, constando data, destino, cargo, valores e motivo da viagem?	Resolução TCE 297 de 11/08/2016 e Art. 8º, §1º, III, da Lei 12.527/11	não	Não há emissão integral dos bilhetes de passagens associados ao pagamento das diárias interestaduais	5	5%	0,5	0	0%	0
4.4 Há registro dos repasses ou transferências de recursos financeiros, tais como, convênios, termos de parceria, colaboração, entre outros instrumentos? Notas explicativas devem esclarecer detalhes.	Art. 8º, §1º, II, da Lei nº 12.527/2011.	não	Não divulga convênios ou notas explicativas	2	2%	0,2	0	0%	0
5. LICITAÇÕES E CONTRATOS				15	15%	1,5	0	0%	0
5.1 O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 12 meses?	Art. 8º, §1º, IV, da Lei 12.527/2011 e Art. 7º, I, alínea "e", do Decreto nº 7.185/2010).					0	0		0
5.1.1 Modalidade		não	Não há publicação referente aos processos licitatórios de 2019. O resumo dos contratos não apresenta	1	1%	0,1	0	0%	0
5.1.2 Data		não		1	1%	0,1	0	0%	0
5.1.3 Valor		não		1	1%	0,1	0	0%	0
5.1.4 Número/ano do edital		não		1	1%	0,1	0	0%	0
5.1.5 Objeto		não		1	1%	0,1	0	0%	0
5.1.6 Íntegra dos editais de licitação		não		3	3%	0,3	0	0%	0
5.1.7 Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)		não		3	3%	0,3	0	0%	0
5.1.8 Contratos na íntegra		não		3	3%	0,3	0	0%	0

5.2 Apresenta relação das inexistibilidades		não	às informações necessárias à busca	1	1%	0,1	0	0%	0
6. RELATÓRIOS				10	10%	1	0	0%	0
6.1 O site apresenta:	Art. 48, caput, da LC 101/00.								
6.1.1 As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior?		não	Não publicou Relatório 2019	2	2%	0,2	0	0%	0
6.1.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 12 meses?		não	Não publicou RREO 2020	3	3%	0,3	0	0%	0
6.1.3 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 12 meses?		não	Não publicou RGF 2020	3	3%	0,3	0	0%	0
6.2 O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11)	não	Apenas PDF	2	2%	0,2	0	0%	0
7. RECURSOS HUMANOS				14	14%	1,4	2	2%	0,2
7.1 Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e vagos?	Art. 48, § 1º, II, da LC 101/00, arts. 3º, I, II, III, IV e V e art. 8º, caput, § 1º, II e III da Lei nº 12.527/2011, c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e da moralidade) e 39, § 6º da CF/88. Art. 7º, §3º, VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
7.2 Divulga quadro remuneratório dos cargos efetivos, comissionados e eletivos, composto por todos os vencimentos básicos e/ou subsídios?		não	Não há informações	2	2%	0,2	0	0%	0
7.3 Divulga folha de pagamento contendo servidores efetivos, ativos, detentores de cargos comissionados e funções de confiança, contratados e, quando for o caso, dos inativos, com indicação das datas de admissão, inativação e exoneração, com a denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções, da carga horária semanal e da lotação? Obs.: É vedada a divulgação de descontos pessoais como empréstimos, pensões alimentícias e nomenclaturas similares quando da disponibilização da remuneração dos servidores (folha de pagamento).		não	Não divulga carga horária contratada	10	10%	1	0	0%	0
TRANSPARÊNCIA PASSIVA									
8. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA - SIC				8	8%	0,8	8	8%	0,8
8.1 Funcionamento de SIC físico/presencial?	Art. 9º, I, da Lei 12.527/11 c/c os arts. 9º e 10 do Decreto n. 7.724/2012	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.2 Há indicação do órgão?		sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.3 Há indicação de endereço?		sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.4 Há indicação de telefone?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
8.5 Há indicação dos horários de funcionamento?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
9. SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA e-SIC				10	10%	1	10	10%	1
9.1 Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11 c/c com o arts. 9º, III, e 10, §2º e 11 do Decreto 7.724/2012	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.2 Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.3 A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11.	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.4 Proporciona a notificação via e-mail e/ou outro canal acerca da tramitação e da resposta à solicitação?	Art. 9º, I, alínea "b" e "c" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
9.5 Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 30, III, da Lei 12.527/11.	sim		2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.6 O Ente/Poder/Órgão dispõe de ouvidoria?		sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA									
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA				7	7%	0,7	4	4%	0,4
10. Há resposta a perguntas frequentes?	Art. 8º, §1º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
11. Há mecanismo no site que garanta expressamente a segurança do sitio oficial (https)?	Art. 8º da Lei nº 12.527/2011.	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
12.Há informação sobre a data e a hora da última atualização de dados, a fim de atestar a atualização em tempo real das informações no site?	Art. 48, II, da Lei 101/00 c/c Art. 8º, §3º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
13. Há informação sobre a quitação da folha de pagamento mensal, a partir do exercício financeiro de 2018, com dados referentes a unidade gestora, data e valores líquidos (conforme modelo indicado na Orientação Técnica).	Princípio da transparência	não	Não divulga quitação 2020	2	2%	0,2	0	0%	0
14. Permite a acessibilidade de conteúdo para pessoas portadoras de necessidades especiais tais como aumento da fonte e contraste?	Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011.	não	Não aumenta/diminui fonte	1	1%	0,1	0	0%	0
15. Existe plataforma de acesso ao diário oficial do Ente (município ou Estado) ou diário eletrônico do Poder/Órgão?	Princípio da transparência	sim		1	1%	0,1	1	1%	0,1
TOTAL				100	100%	10	49	49%	4,9
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.									
Equipe de avaliação		Ademar Ribeiro Oliveira Filho, Aline dos Santos Lima, Edenildes Santana Silva e Vanessa Reis Seixas Resende							

Coordenador de Auditoria Operacional	Gidel Matos Braz
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços	Ana Stella Barreto Rollemberg Porto